



ABHA
BACIA RIO ARAGUARI

Associação Multissetorial de
Usuários de Recursos Hídricos
da Bacia Hidrográfica do
Rio Araguari.

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

ATO CONVOCATÓRIO ABHA N.º 009/2013

MODALIDADE: COLETA DE PREÇOS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

RECORRENTE: TECISAN – TÉCNICA DE ENGENHARIA CIVIL E SANITÁRIA – LTDA.

RECORRIDO: COMISSÃO ESPECÍFICA DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO

Em 28 de novembro de 2013, nesta cidade de Araguari-MG, a Comissão Específica de Licitação e Julgamento da ABHA, analisou o Recurso Administrativo ao Ato Convocatório, protocolado no dia 19 de novembro de 2013, oportunidade em que foi proferida a seguinte análise:

I - DO RECURSO

Recurso Administrativo interposto pela Recorrente acima citada, devidamente qualificada, através de seu representante legal, CONTRA decisão tomada pela Comissão Específica de Licitação e Julgamento, na qual inabilitou a sociedade empresária Tecisan (Técnica de Engenharia Civil e Sanitária) do processo licitatório, por descumprir as normas do ato convocatório em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

II - DAS FORMALIDADES LEGAIS

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que cientificados foram, todos os demais participantes, da existência e trâmite do respectivo Recurso Administrativo interposto, outorgando a cada licitante, a faculdade de impugnar do presente recurso, no prazo estabelecido em lei.

III – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O presente recurso tem fundamento no artigo 109 da Lei 8.666/93, estando tempestivo para apreciação meritória da Comissão.

III - DAS RAZÕES RECURSAIS

A Recorrente em suas razões recursais, manifesta seu inconformismo, argumentando que apresentou toda a documentação exigida nas normas editalícias, pleiteando o seu prosseguimento no certame.

Nessa trilha, justifica a Recorrente, que sua inabilitação, foi pelo fato de ter entregue os documentos relativos à sua qualificação técnica, sem estar em envelope com o devido lacre no "Setor de Protocolo".

Alega que, o "Setor de Protocolo", é parte intrínseca do certame licitatório, sendo



ônus de sua parte, a gerência em quantidade e qualidade na entrega da documentação dos licitantes.

Sendo assim, o "Setor de Protocolo" ao receber a documentação exigida no edital, sem estar em envelope lacrado, capacitou sua participação no procedimento licitatório.

Desta forma operou o ato jurídico perfeito e em congruência com as normas previstas no instrumento convocatório, visto o aceite do "Setor de Protocolo".

A Recorrente consigna que, a Comissão Licitatória, ao determinar a abertura da sessão pública do certame, repassando a documentação de qualificação técnica para ser analisada entre os demais licitantes, acatou o protocolo, ou seja, aceitou a documentação recebida sem o respectivo envelope lacrado.

Sendo assim, colige-se a Recorrente, que cumpriu com todas as normas exigidas no edital, e, que pelo fato da Comissão ter recebido a documentação e repassada para os demais licitantes para verificação, houve o aceite da sua documentação, estando devidamente apta a participar da fase habilitatória do certame em testilha.

Este é um resumo das razões recursais, e até a presente data, inexistiu impugnação ao recurso analisado.

IV - DO PARECER

Assim, passa a Comissão Específica de Licitação e Julgamento, à análise e julgamento das razões apresentadas no Recurso protocolado no dia 19 de novembro de 2013, em face da decisão por ela proferida.

- DO DESCUMPRIMENTO AO EDITAL - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

A Recorrente em suas razões recursais sustenta que se apresentou na Licitação epigrafada, em conformidade com todas as exigências editalícias.

É sabido e tradicional que a Lei n.º 8.666/93, possui princípios próprios que norteiam a sua aplicabilidade, cabendo a Administração Pública, aplicá-los de forma efetiva, não devendo tais princípios figurar apenas no plano abstrato e na mera discricionariedade.

Dentre os princípios basilares da licitação, está o princípio do instrumento convocatório.

Segundo o insigne professor Mateus Carvalho, o princípio do instrumento convocatório, o edital obriga os licitantes e a Administração Pública aos seus termos, inclusive quanto aos critérios objetivos que serão utilizados para a escolha do vencedor.

Nesse sentido, o renomado professor Marçal Justen Filho, preconiza que a Administração Pública está estritamente vinculada ao edital, seja quanto a regras de fundo àquelas de procedimento.



Destarte, o edital para o doutrinador citado acima, é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação, violando os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia.

Assim, para Marçal Justen Filho o descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública.

Sobre o princípio em tela, o artigo 41 e ss. da Lei n.º 8.666/93, colaciona a seguinte redação:

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.” (g.n.)

Assim sendo é inconteste que o edital vincula tanto a Administração Pública quanto aos participantes do certame, sendo o edital uma verdadeira lei interna entre os sujeitos da licitação.

No caso em testilha, os itens 6.2, 6.3, 6.7 e 6.28 do edital, preconizam claramente, não outorgando qualquer dúbia interpretação, que a documentação de qualificação técnica (envelope n.º 02) deverá ser entregue em **envelope devidamente lacrado**, vejamos:

“6.2. Para o credenciamento, as propostas deverão ser protocolizadas, **em envelopes lacrados** e devidamente identificados (“Envelope 1”- Habilitação; “Envelope 2”- Qualificação Técnica; “Envelope 3”- Proposta de Preços para o Lote I; “Envelope 4”- Proposta de Preços para o Lote II; “Envelope 5 ” – Proposta de Preços para o Lote III; e “Envelope 6” –



Proposta de Preços para o Lote IV), contendo a razão social, endereço e CNPJ do proponente.

6.3. Após o encerramento do prazo para credenciamento, não serão aceitas, em qualquer hipótese, a substituição ou anexação de qualquer novo documento por parte dos participantes.

(...)

6.7. A documentação necessária para a habilitação, entregue no "Envelope 1", e para qualificação técnica, entregue no "Envelope 2", **devidamente lacrados**, quando em fotocópia, deverá estar devidamente autenticada por Órgão Público ou por Cartório.

(...)

6.28. A Comissão de Licitação e Julgamento proceder-se-á a imediata abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação dos participantes credenciados ("Envelope 1"), respeitando-se a ordem de credenciamento para cada lote. As condições exigidas para a habilitação da proponente serão imprescindivelmente analisadas, configurando motivo de inabilitação o não atendimento a qualquer das exigências previstas." (g.n.)

A licitante Tecisan, descumpriu as normas previstas no edital, realizando o protocolo da documentação de sua qualificação técnica sem estar contida em envelope lacrado, sendo obrigação da Comissão proceder com a sua inabilitação.

In casu, não necessita de um analista jurídico ou de um exímio interprete legal, no escopo de constatar, que a norma editalícia é clara, e não paira dúvidas, **que a documentação deveria estar em envelope devidamente lacrado.**

A Recorrente ao preparar os documentos de sua qualificação sem o devido lacre feriu a previsão legal interna do procedimento licitatório, sendo necessária sua inabilitação do feito, por ausência dos pressupostos legais.

Nesse íterim, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), entende que é válido o ato de inabilitação do participante da licitação que descumpra com as normas editalícias, vejamos:

Processo: Apelação Cível

1.0024.07.744462-8/002 7444628-34.2007.8.13.0024 (1) Relator(a): Des.(a) Alvim Soares

Data de Julgamento: 01/12/2009

Data da publicação da súmula: 15/01/2010

Ementa: AÇÃO ORDINÁRIA - DIREITO ADMINISTRATIVO - NULIDADE DE LICITAÇÃO - INOBSERVÂNCIA DO EDITAL - NÃO CARACTERIZAÇÃO - RECURSO DESPROVIDO. **Na abalizada lição de Maria Sylvia Zanella di Prieto acerca da natureza do edital, "costuma-se dizer que o edital é a lei da licitação; é preferível dizer que é a lei da licitação e do contrato, pois o que nele se contiver deve ser rigorosamente cumprido, sob pena de nulidade; trata-se de aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no artigo 3º da Lei 8.666/93".** (g.n.)



Em caso análogo temos:

“Processo: Apelação Cível

1.0024.12.136130-7/003 1361307-33.2012.8.13.0024 (1) Relator(a): Des.(a) Jair Varão

Data de Julgamento: 11/07/2013

Data da publicação da súmula: 19/07/2013

Ementa:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA - ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CND - INABILITAÇÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

- Tendo vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, é válido o ato de inabilitação de participante de licitação que desrespeita expressa regra do Edital relativa à apresentação de certidões e declaração.

- Recurso de apelação não provido.” (g.n.)

“Processo: Agravo de Instrumento Cv

1.0024.12.136130-7/001 0819427-93.2012.8.13.0000 (1) Relator(a): Des.(a) Jair Varão

Data de Julgamento: 04/10/2012

Data da publicação da súmula: 17/10/2012

Ementa:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - LICITAÇÃO - VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - AUSÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CND - INABILITAÇÃO.

- Não pode o agravante se desincumbir de seu encargo, deixando de apresentar as certidões e declaração com previa o edital, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório.” (g.n.)

Deste modo inexistente justificativa plausível no sentido de habilitar a sociedade empresária Tecisan para o presente certame, visto o descumprimento das normas exigidas no edital, em flagrante desrespeito ao princípio do instrumento convocatório.

- DA RUBRICA

Sustenta a Recorrente que houve:

“...erro da Comissão em repassar para rubrica sem estar lacrado...” (g.n.)

Nesse íterim, em outro ponto de sua irrisignação a Recorrente, sustenta que a Comissão falhou ao repassar:

“...a documentação de habilitação do Recorrente para análise e rubrica dos demais...” (g.n.)

A *priori*, insta mencionar, que inexistiu qualquer erro que possa ser imputado à Comissão Licitatória, haja vista que a mesma, agiu dentro dos limites da legalidade, cumprindo com o seu mister, vejamos.



Preconiza a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 43, §2º, a seguinte ordenança:

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 2º - Todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão.” (g.n.)

Com base na legislação licitatória, todos os documentos e propostas serão rubricados pelos licitantes presentes e pela Comissão, quando da abertura da sessão solene.

Desta forma, a Comissão ao repassar a documentação da Recorrente, para rubrica dos demais licitantes, agiu dentro das balizas legais, visto ser ônus da Comissão outorgar **publicidade** aos demais licitantes dos documentos carreados pela Recorrente.

Sendo assim, inexistiu falha ou erro da Comissão em apresentar a documentação para ser rubricada, apenas cumpriu com a determinação imposta por lei, agindo assim, em consonância com o princípio da legalidade e princípio da publicidade dos atos licitatórios.

Ademais, a rubrica é um ato hábil a fornecer um meio objetivo de controle sobre a identidade entre os documentos apresentados, e, aqueles que posteriormente serão objeto de deliberação da Comissão, segundo ensina o professor e doutrinador Marçal Justen Filho.

Vale ressaltar, que a rubrica possibilita a Administração demonstrar que o participante tomou conhecimento dos documentos, visto que, ausência de rubrica não demonstra e nem comprova que o participante teve ciência ou tomou conhecimento do documento em análise.

Assim, a Comissão em congruência com o doutrinador supramencionado, e com base na legislação, solicita aos demais licitantes que rubriquem a documentação, *primeiro*, em cumprimento a determinação legal, *segundo*, por se tratar de ato hábil a fornecer os demais licitantes a identificação entre os documentos apresentados, *terceiro*, para dar ciência dos documentos existentes e possibilitar manifestação sobre os mesmos; tudo isto, no escopo de garantir a maior destreza e segurança para o certame público.

Além do mais, ensina o professor Marçal Justen Filho, que a recusa da Comissão em proibir a rubrica dos demais licitantes, afronta o princípio da legalidade e da moralidade, inclusive, como regra, entende o professor, que deverá ser invalidada a licitação, independentemente da comprovação concreta de outros vícios, visto que por si só, o ato de coibir a rubrica enseja na invalidação do certame.

Destarte, inexistiu erro ou falha da Comissão em repassar os envelopes para serem rubricados, visto que tal ato é seu mister legal e garante a probidade do certame.

- DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES - DA OBRIGAÇÃO DA COMISSÃO

Refuta a Recorrente que pela:



“...ABHA à exigência de que as proposta deveriam ser protocolizadas, criou-se um mecanismo adequado de controle da recepção de documentos, explicitamente voltado à licitação em questão. O Setor de Protocolo, ao contrário do alegado pela Comissão, é parte integrante do processo, ao qual competia gerenciar em quantidade e qualidade a entrega da documentação das licitantes, sendo portanto cabível, se não necessária sua orientação em questões meramente formais, para possibilitar o cumprimento adequadas das funções a ele atribuídos...” (g.n.)

Com relação ao recebimento dos documentos, nos ensina o professor Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª edição, pag. 547, vejamos:

“O recebimento dos envelopes não significa reconhecimento de que preenchem os requisitos necessários nem importa preclusão de qualquer faculdade decisória da Administração. Verificando apenas em momento posterior à existência de defeito, a Comissão poderá promover a exclusão do interessado. Por isso, em caso de dúvida, a Comissão deverá receber os envelopes e remeter o tema para futura decisão(...)”

Assim, no “Setor de Protocolo” não subsiste qualquer função decisória ou ato que possa diretamente influenciar no julgamento da habilitação ou das propostas.

O “Setor de Protocolo” não possui qualquer responsabilidade de explanar juízo de valor sobre o procedimento licitatório, se dignando apenas em receber documentos relativos aos licitantes e registrar apenas a data e hora da entrega dos envelopes.

Subsiste o Setor de Protocolo, apenas para receber documentos, não lhe competindo indeferir ou deferir qualquer documento que seja posto em sua presença, visto que habilitação ou inhabilitação, ou o fato de ter ou não cumprido com as regras do edital é ato inerente daquele investido para tanto.

É dever da Comissão emitir qualquer exame meritório de habilitação ou inhabilitação de licitante, não recaindo tal ônus sobre o “Setor de Protocolo”, que ali permanece, apenas para o recebimento de documentos, ou qualquer setor ou pessoa que não faça parte da comissão designada para este fim.

Ao contrário fosse, estaríamos diante de inúmeras arbitrariedades, visto que o Setor de Protocolo teria a faculdade decisória de habilitar ou inhabilitar um licitante, o que flagrantemente estaria cometendo incompetência funcional.

De encontro à irrisignação ventilada, caso o Setor de Protocolo, por qualquer motivo, não recebesse a documentação da Recorrente, estaríamos ferindo o princípio da impessoalidade, visto que incumbe ao protocolo receber a documentação de todos, garantindo um tratamento isonômico e impessoal, visto que um juízo decisório caberia apenas a Comissão por força de Lei.

Dispõe o artigo 51 da Lei Licitatória, como obrigação da Comissão, a análise da habilitação preliminar e do julgamento das propostas, vejamos:



“Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por **comissão permanente ou especial** de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.” (g.n.)

Assim de acordo com orientação legal, é dever de a Comissão julgar a habilitação dos licitantes em análise as normas previstas no instrumento convocatório.

É inconteste, que recai o ônus para a Comissão de proceder com habilitação ou inabilitação dos licitantes. É o que se extrai também do entedimento jurisprudencial mineiro, vejamos.

“Processo: Apelação Cível

1.0024.05.696016-4/004 6960164-16.2005.8.13.0024 (1) Relator(a): Des.(a) Edison Fernandes

Data de Julgamento: 25/09/2007

Data da publicação da súmula: 09/10/2007

Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - PRINCÍPIOS - NÃO OBSERVÂNCIA. **Constitui requisito obrigatório da Comissão proceder ao julgamento das propostas de modo objetivo, obedecendo-se os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatos exclusivamente nele referido, de maneira a possibilitar sua aferição pelos concorrentes e pelos órgãos de controle, situação não observada na espécie.** (g.n.)

Processo: Agravo de Instrumento Cv

1.0327.11.001373-4/001 0471044-94.2011.8.13.0000 (1) Relator(a): Des.(a) Washington Ferreira

Data de Julgamento: 25/10/2011

Data da publicação da súmula: 11/11/2011

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO LICITATÓRIO. CAIXA ESCOLAR. HABILITAÇÃO. LICITANTE. DECLARAÇÃO COMO VENCEDORA. AUSÊNCIA DE ANÁLISE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NECESSIDADE. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. EXTINÇÃO PARCIAL DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. **1- Compete à Administração Pública a decisão que considera a empresa regularmente habilitada ou não para o procedimento licitatório. 2- Não havendo decisão da Administração Pública quanto à habilitação da Agravante nos termos do Edital Licitatório, não pode o Judiciário se manifestar nesse sentido, sob pena de afronta ao art. 2º da CR/88. Enfim, não pode haver pronunciamento judicial para julgamento das propostas, em substituição à Comissão de Licitação, declarando o vencedor do certame.** (g.n.)

Insta mencionar, inclusive, que o ato de inabilitação da Recorrente, foi em estrita observância ao que impõe o edital e regramento legal.



Conforme ensina Marçal Justen Filho, a Comissão de Licitação não dispõe de discricionariedade para alterar as condições previstas no edital acerca dos limites para o recebimento dos envelopes.

Destarte, é inconteste que recai sobre a Comissão proceder com o exame meritório sobre habilitação e o julgamento das propostas.

No caso em tela, a Comissão exercendo suas obrigações legais que lhe compete, em especial análise quanto à habilitação e inabilitação dos participantes, decidiu pela inabilitação da Recorrente.

- DA POSSE DA DOCUMENTAÇÃO

Sustenta a Recorrente que a Comissão ao inabilitá-la permaneceu:

“...na posse da documentação de qualificação técnica...” (g.n.)

Leciona a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 43, II, a seguinte redação:

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

II - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;” (g.n.)

Interpretado o disposto legal acima, o professor Marçal Justen Filho, preconiza que serão devolvidos aos licitantes inabilitados os envelopes das propostas, devidamente lacrados. A devolução dos envelopes de propostas somente pode ocorrer após exaurida a fase recursal. Não é possível devolver os envelopes antes de recorrido o prazo para recurso ou sem que recurso eventualmente interposto tenha sido apreciado.

Assim, considerando que ainda não havia sido ajuizado recurso, a Comissão, com base no entendimento legal e na orientação doutrinária, permanece com a documentação até ser exaurida a fase recursal.

- DA NECESSIDADE DO ENVELOPE LACRADO - DO DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Refuta a Recorrente que:

“...documentos e proposta em invólucro lacrado não integram os requisitos de habilitação constituindo-se apenas em uma condição formal para a participação no certame...” (g.n.)

Com devido respeito ao entendimento acima, o lacre nos envelopes é condição LEGAL para a participação no certame público, sob pena de ferir a moralidade administrativa.



ABHA
BACIA RIO ARAGUARI

Associação Multissetorial de
Usuários de Recursos Hídricos
da Bacia Hidrográfica do
Rio Araguaí.

Conforme já exposto, preconiza o ato convocatório no item 6.2 e 6.7 de **FORMA EXPRESSA**, que a documentação deveria ser protocolada em envelopes lacrados.

Sendo assim, não é uma mera condição formal, mas sim, **uma condição legal** imposta a todos os licitantes.

Conforme ensina o professor Marçal Justen Filho, o desrespeito ao princípio do instrumento convocatório leva a lesão ao princípio da moralidade administrativa.

Uma vez que, não se digna atitude justa, adequada e moral, a Administração Pública, habilitar um licitante, para as demais fases do procedimento licitatório, sem trazer à baila os documentos em envelopes devidamente lacrados.

Nota-se que a ABHA há tempos, exerce seu *munus* público com destreza, não havendo quaisquer resquícios de imoralidade no trato com o funcionalismo público.

Nesse sentido, colaciona o artigo 3º da Lei Licitatória, a seguinte ordenança:

“Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os **princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**” (g.n.)

O professor Marçal Justen Filho sustenta a obrigatoriedade ao respeito à probidade administrativa e à moralidade. Em nenhuma hipótese a conduta adotada pela Administração ou pelo particular poderá ofender os valores fundamentais consagrados pelo sistema jurídico.

Assim a Comissão, em observância à legalidade, à moral, à ética, à probidade e às regras do ato convocatório, que circunda os procedimentos licitatórios realizados pela ABHA, mantém a decisão de inabilitar a licitante Recorrente.

- DO DESRESPEITO AOS PRINCÍPIOS LICITATÓRIOS

Sustenta a Recorrente que:

“...É evidente a irrelevância do ocorrido face às necessidades legais e procedimentos do processo, uma vez que não restam malferidos quaisquer princípios básicos da licitação...” (g.n.)

Sob pena de incorrer em prolixidade, a Comissão, em resumo, menciona que a Recorrente, ofendeu a vinculação ao instrumento convocatório, visto a não observância dos preceitos ali mencionados.

Em uma remota hipótese da Comissão aceitar a habilitação da Recorrente, a Administração Pública estará afrontando os princípios da legalidade (ao ferir a Lei n.º



8.666/93, em seus artigos 41, 43, II e 51), da moralidade administrativa (habilitar um licitante, sem trazer à baila os documentos em envelopes devidamente lacrados outorgando aos demais licitantes a indubitável desconfiança a transpassar), da impessoalidade (visto que iria dar tratamento privilegiado a participantes) e da isonomia (iria dar tratamento diferenciado a participantes que deveria ter tratamentos iguais).

Se a Comissão não inabilitar a licitante Recorrente, não estará assegurando a rigidez, a legalidade, a segurança e a moral do procedimento licitatório.

Por outro lado, no que se remonta à impessoalidade, caso o "Setor de Protocolo", por qualquer motivo, não recebesse a documentação da Recorrente, estaria ferindo o princípio da impessoalidade, visto que incumbe ao protocolo receber a documentação de todos, garantindo um tratamento impessoal, visto que um juízo decisório caberia apenas a Comissão.

Por fim, no que se refere à isonomia, a Administração Pública, não pode tratar de forma desigual os licitantes, que estejam em igualdade.

No caso em testilha, qualquer orientação prematura do Setor de Protocolo, ao assinalar que o envelope da Recorrente não estaria lacrado, estaria orientando e direcionado a mesma, golpeando os princípios supramencionados.

Insta mencionar, que o entendimento jurisprudencial trazido pela Recorrente, in casu, não possui aplicabilidade, visto que inexistiu óbice à competitividade, mas sim aplicação da legalidade, impessoalidade, moralidade, etc.

V - DECISÃO

Em 29 de novembro de 2013, nesta cidade de Araguaí-MG, a Comissão Específica de Licitação e Julgamento, no uso de suas atribuições legais, realizou análise do Recurso interposto pela **TECISAN – TÉCNICA DE ENGENHARIA CIVIL E SANITÁRIA – LTDA.**, oportunidade, em que foi proferida a decisão no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso interposto pela Recorrente, mantendo a inabilitação da Recorrente, pelos fatos e fundamentos exalados.

Ante ao exposto, e em atenção ao item 9.4 do Ato Convocatório, a Comissão, após sua análise sobre os atos licitatórios realizados e julgados até a presente data, faz a remessa do procedimento licitatório devidamente instruído à Diretoria da ABHA, para análise e decisão final, nos termos do artigo 44, §2º da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.044, de 30 de outubro de 2009.

ORIGINAL ASSINADO

MARIANE ROSA MOURA

Presidente da Comissão Específica de Licitação e Julgamento



ABHA
BACIA RIO ARAGUARI

Associação Multissetorial de
Usuários de Recursos Hídricos
da Bacia Hidrográfica do
Rio Araguari.

VI - ANÁLISE DO SUPERIOR HIERÁRQUICO

O representante legal da Entidade – ABHA no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 44, §2º da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.044, de 30 de outubro de 2009, e, nos termos do item 9.4 do ato convocatório, passa à análise das decisões proferidas pela Comissão Específica de Licitação e Julgamento, na qual recebe o processo devidamente instruído, e no mérito profere a seguinte decisão.

Por todo o exposto, e por tudo que consta no processo licitatório, EM ESTRITA ANÁLISE DA LEI DE LICITAÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS, especialmente, em observância ao princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, **RATIFICO** a decisão proferida pela Comissão Específica de Licitação e Julgamento, conhecendo do recurso interposto e **NEGANDO PROVIMENTO** ao Recurso da Recorrente **TECISAN – TÉCNICA DE ENGENHARIA CIVIL E SANITÁRIA – LTDA.**

Sendo assim, conclui-se que a Comissão ao praticar seus atos licitatórios, os fez em estrita observância à legislação aplicável ao caso, e, em estrita observância às regras do ato convocatório, o que afasta qualquer hipótese de afronta à ilegalidade.

Publique-se no site da ABHA - ASSOCIAÇÃO MULTISSETORIAL DE USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAGUARI.

Comunique o Recorrente a decisão tomada.

Araguari-MG, 29 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

RONALDO BRANDÃO BARBOSA
Diretor Presidente Interino

DE ACORDO: 29 de novembro de 2013.

ORIGINAL ASSINADO

PÉTULA SOCIEDADE DE ADVOGADOS
Rogério Milani Zanzarini – OAB/MG 113.331
Consultoria Jurídica